

## **A ACTA DE INAUGURAÇÃO DOS CANAES DE DRENAGEM À LUZ DA HISTORIOGRAFIA LINGUÍSTICA**

**Andréa Pisan Soares Aguiar**

**Doutoranda do Programa de Estudos Pós-Graduados em Língua Portuguesa/PUC-SP**

### **RESUMO**

A fim de procedermos ao estudo da relação entre língua e história, tomamos como base os princípios teórico-metodológicos da Historiografia Linguística propostos por Koerner: o princípio da contextualização, o princípio da imanência e o princípio da adequação teórica. Ao analisarmos o gênero textual ata, percebemos que as modificações na materialidade linguística do texto ocorreram ao longo do tempo para responder às transformações socio-históricas. Por um lado, não foram observadas mudanças significativas quanto à estrutura e ao conteúdo entre a *Acta de Inauguração dos Canaes de Drenagem* de Santos, manuscrito redigido em 1907, e as orientações apresentadas nos manuais em relação à redação desse gênero textual na atualidade. Tal fato parece indicar que documentos oficiais tendem a conservar historicamente sua estrutura composicional. Por outro lado, notamos que a tecnologia, hoje presente nos mais variados contextos, influenciou o conteúdo, bem como a forma de distribuição e arquivamento do documento em questão.

**Palavras-chave:** Historiografia linguística. Documento. Gênero textual. Ata.

### **INTRODUÇÃO**

Neste artigo, nosso objetivo é refletir sobre a relação entre língua e história com base nos princípios teórico-metodológicos da Historiografia Linguística aplicados na análise da *Acta de Inauguração dos Canaes de Drenagem* (ver Anexo), documento que retrata um importante momento histórico de Santos, cidade litorânea localizada no estado de São Paulo.

Entendemos que a análise historiográfica de um documento requer que o tomemos não apenas como um registro acabado, pertencente a determinado período, mas também como uma peça que traz implícitas as condições que motivaram sua produção.

O documento citado, redigido em 1907, tem a forma de manuscrito, portanto é fonte primária. Representa a concretização do projeto de saneamento desenvolvido pelo engenheiro sanitário Francisco Rodrigues Saturnino de Brito (1864-1929), cuja tarefa era tornar a cidade habitável e acabar com os surtos epidêmicos que vinham assolando a região desde a segunda metade do século XIX. Na época, a insalubridade era tamanha que colocou em risco interesses econômicos e políticos relacionados à movimentação de café no porto de Santos.

A construção dos canais idealizados no projeto original de Saturnino, ao todo cinco, terminou em 1927. Além de ser um elemento estruturador do espaço urbano, a obra tornou-se, ao longo do tempo, parte da identidade santista. Por sua representatividade cultural, social e histórica, os canais foram tombados pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Santos (Condepasa) em 2007.

A *Acta de Inauguração dos Canais de Drenagem*, documento selecionado para este estudo, está arquivada na Fundação Arquivo e Memória de Santos (Fams), instituição que funciona com o apoio da prefeitura e que tem como objetivo preservar o patrimônio documental e iconográfico do município.

O documento está encadernado em livro individual juntamente com uma série de 17 fotografias que retratam a construção e inauguração dos canais. Em virtude de não ser permitido fotocopiar a documentação, optamos por fotografá-la com máquina digital. Uma vez que a qualidade da impressão da *Acta* dificulta a leitura do texto manuscrito, decidimos transcrevê-la, respeitando-se a forma como está disposta no original, e anexá-la ao final deste artigo.

A fim de procedermos à análise com base na Historiografia Linguística, aplicamos os princípios metodológicos propostos por Koerner (citado por NASCIMENTO, 2005). Primeiramente, o princípio da contextualização. Por meio dele, buscamos informações necessárias para estabelecer o clima de opinião que envolveu o momento de produção do documento. No entanto, no decorrer da pesquisa, percebemos que o contexto socio-histórico anterior à elaboração da *Acta* poderia esclarecer muitos aspectos e seria imprescindível recorrer a ele. Entendemos que a *Acta* constitui um marco no contexto da cidade, de forma a separar o que Santos foi e no que se transformaria.

Posteriormente, trabalhamos os princípios da imanência e da adequação teórica de forma simultânea por acreditar que ser esse expediente um facilitador da análise.

Ao considerarmos a materialidade linguística do texto, constatamos as modificações que a língua sofreu ao longo do tempo: na *Acta* muitos dos vocábulos mantêm a forma latina, com duplicação de consoantes, por exemplo. Com o desenvolvimento da sociedade, que se tornava industrializada e moderna, veio a necessidade de simplificar a escrita do português do Brasil, além do que era desejo ter uma grafia própria, que desse identidade ao país.

O princípio da adequação teórica possibilitou-nos atualizar o gênero ata que, atualmente, já é redigida, distribuída e arquivada em meio digital.

## **ANÁLISE DO CORPUS**

### **PRINCÍPIO DA CONTEXTUALIZAÇÃO**

Obedecendo ao princípio da contextualização, tratamos de levantar o clima de opinião da época que envolveu a produção da *Acta de Inauguração dos Canaes de Drenagem*, considerando, em especial, os fatos anteriores que desembocaram na sua redação.

O modelo produtivo baseado no café, alicerce da economia brasileira até 1930, estabeleceu-se no século XIX. Em virtude do crescimento das exportações e importações, o porto da cidade de Santos tornou-se o maior do país. Nessa época, consolidou-se como reduto portuário e comercial, viu mudanças acontecerem de forma acelerada, entre as quais, a construção da ferrovia São Paulo Railway, em 1868, o crescimento populacional, o surgimento dos cortiços e a expansão física da cidade. A velocidade e a dimensão dos acontecimentos fizeram nascer a necessidade de ordenar o crescimento, civilizar os habitantes tomando-se como modelo o mundo europeu; o ambiente urbano exigia mecanismos adequados de controle que considerassem a cidade como espaço social (LANNA, 1996).

O movimento que a cidade experimentou em razão da exportação de café foi intensificado pela vinda dos imigrantes, grande parte portugueses, os quais acabaram se fixando em Santos para trabalhar no porto. O aumento populacional deu novo impulso à economia, mas agravou problemas urbanos ocasionados pela infraestrutura insuficiente para acomodar o contingente de trabalhadores que chegava não só do exterior mas também do nordeste, e era engrossado pelos escravos recém-libertados que buscavam uma colocação remunerada.

Em Santos, as dificuldades tomaram forma de calamidade pública: o clima úmido, a alta densidade populacional, a inexistência de coleta de lixo, de rede de esgoto e de água potável, bem como o alastramento dos cortiços, cocheiras e hospedarias, nas quais proliferavam ratos, pulgas e mosquitos, concorreram para o surgimento de epidemias, como a peste bubônica, a malária e a varíola, que dizimaram grande parte da população, principalmente entre os anos de 1889 e 1895 (BLUME, 1998).

As más condições da região portuária ameaçavam a movimentação do café e colocava em risco o projeto de imigração do governo republicano, cujo objetivo era solucionar a falta de mão de obra na lavoura cafeeira. Mais do que isolar os doentes e manter os navios em quarentena no porto, era necessário adotar medidas efetivas para combater as moléstias. O alastramento das epidemias para São Paulo e para o interior foi decisivo, para que o governo estadual intervisse no poder municipal de Santos, que mostrava descaso frente às mazelas que assolavam a cidade, muito para proteger os interesses dos comerciantes locais, aos quais não interessava modernizar o porto ou a região, pois perderiam o poder que exerciam na economia local.

No início da década de 1890, o Estado assumiu o projeto de higienização e saneamento da cidade, com vistas a adequá-la ao padrão burguês de cidade: civilizada, moderna e evoluída. Criou a Comissão de Saneamento, que seria responsável pela realização de obras de canalização da água e da rede de esgoto, sob a direção do engenheiro sanitarista Saturnino de Brito. Ao poder municipal caberia, por meio da Comissão Sanitária, promover a vistoria e desinfecção das moradias, bem como a limpeza de terrenos. Essa ação interventora do governo estadual limitou o poder local, que acabou sem voz decisória.

A preocupação em civilizar os habitantes, observada em algumas cidades do país, no final do século XIX e início do século XX, resultou de uma nova mentalidade, denominada movimento higienista, que se instalou na sociedade e que tinha como objetivo cuidar da população e ensinar-lhe hábitos condizentes com a vida urbana. Esse movimento surgiu na Europa, no século XVIII, e centrava-se na saúde da população, individual e coletiva; a ideia era “valorizar a população como um bem, como capital, como recurso principal da nação” (RANINBACH, 1992 citado por GÓIS JÚNIOR; LOVISOLO, 2003, p. 41).

Em um momento em que o crescimento urbano provocava a degradação das condições de vida de seus habitantes, os médicos sanitaristas propunham modos para lidar com a manutenção da saúde e da qualidade de vida das grandes cidades. Nessa época, a medicina considerava o espaço social um organismo que, doente, deveria ser curado. Para os médicos, os males urbanos originavam-se dos miasmas de matérias orgânicas em decomposição nas águas estagnadas, no esgoto, no ar viciado dos cortiços e demais habitações coletivas. Assim, a água parada, o esgoto e os cortiços deveriam ser combatidos em busca da salubridade, da circulação livre dos fluidos (COSTA, 2003).

O engenheiro Saturnino de Brito tomou como medidas urgentes para erradicar as doenças que assolavam o lugar, a construção dos canais de drenagem e a elaboração de uma planta de arruamentos, bem como a desinfecção e erradicação dos cortiços. Havia a necessidade premente de mostrar ao mundo que era possível dar continuidade à campanha imigratória que tinha em seu bojo interesses de cafeicultores, armadores e companhias exportadoras e importadoras.

O projeto de Saturnino previa não só a expansão urbana, mas também o conceito estético que acabaria por eliminar antigos modos de viver e fixar novos hábitos sociais e novos padrões de moradia. De acordo com Costa (2003), a estética estava associada também a aspectos relacionados ao capital e à manutenção do Brasil na pauta da economia mundial; era preciso “vender” uma imagem de país civilizado, moderno.

Os trabalhos de Saturnino desenvolvidos em Santos aliavam a técnica e a estética na construção e organização do espaço urbano, preocupação que nasceu com as ideias de Camillo Sitte, engenheiro vienense, cuja obra *A construção das cidades segundo seus princípios artísticos* (1889), repercutiu em toda a Europa, em especial, na Alemanha e na Áustria. Tanto para Sitte como para Saturnino, a cidade era semelhante a um organismo vivo, que poderia ser saudável por meio do prazer e do trabalho produtivo. Saturnino acreditava que o ideal para os espaços urbanos habitáveis era aliar critérios higiênicos, racionais e estéticos (ANDRADE, 1995).

A preocupação de Saturnino de Brito concentrava-se em melhorar as condições de vida das cidades. Formado em engenharia civil pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro, em 1886, passou a atuar em diversos projetos de saneamento em cidades como Vitória, Petrópolis e Campinas. Em 1905, assumiu a direção da Comissão de Saneamento de Santos e desenvolveu o projeto de saneamento da cidade. Por sua importância no desenvolvimento do país, foi reconhecido como “patrono da engenharia sanitária” e suas ideias sanitaristas foram aplicadas em países como França e Inglaterra.

Em 1894, a legislação proibiu cortiços no perímetro urbano. A população de trabalhadores foi forçada, então, a buscar outras localidades para morar. O bairro do Jabaquara, por exemplo, um dos núcleos de quilombos da cidade, passou a abrigar, além de ex-escravos, trabalhadores portuários. A população menos favorecida foi “empurrada” para as regiões periféricas, que estavam distantes das melhorias resultantes do plano urbanístico.

Observa-se que houve uma divisão do espaço urbano, ainda que não declarada, em espaços para pobres e espaços para ricos, movimento que ocorreu na França do século XVIII. Os espaços urbanizados não comportavam a população pobre, que oferecia perigo à classe burguesa por ser foco de doenças e maus hábitos sociais:

A cólera de 1832, que começou em Paris e se propagou por toda a Europa, cristalizou em torno da população proletária ou plebéia uma série de medos políticos e sanitários. A partir dessa época se decidiu dividir o espaço urbano em espaços pobres e ricos. A coabitação em um mesmo tecido urbano de pobres e ricos foi considerada um perigo sanitário e político para a cidade, o que ocasionou a organização de bairros pobres e ricos, de habitações ricas e pobres (FOUCAULT, 1979/2009, p. 94).

### **PRINCÍPIO DA IMANÊNCIA E PRINCÍPIO DA ADEQUAÇÃO TEÓRICA**

Com base no princípio da imanência, o pesquisador restaura o texto, objeto de seu estudo, de modo a abordá-lo em sua forma original, buscando entendê-lo de maneira ampla, considerando a terminologia linguística da época em que foi escrito e as ideias que veicula. Já pelo princípio da adequação teórica, o historiógrafo da língua busca atualizar um documento nas dimensões linguística e socio-histórica, de modo a tornar visíveis as variações e inovações nele materializadas, assim como fatores externos que possam interferir na língua.

Os documentos escritos são de fundamental importância como retratos de uma época, registros de fatos, históricos ou não, em que se cristalizam, entre outros elementos, concepções, conceitos e contexto histórico-social. Le Goff (1994), ao tratar da questão do documento como monumento, esclarece que seu conteúdo não é, de forma alguma, algo estático, que fica encerrado no passado; o conteúdo diz respeito a elementos que precisam ser decifrados, desconstruídos e reconstruídos considerando-se as condições históricas de sua produção. O teor histórico de um documento eleva-se à categoria de monumento porque é o lugar da memória social perpetuada.

No que diz respeito ao documento selecionado para a análise, a *Acta de Inauguração dos Canaes de Drenagem*, elaborado em 27 de agosto de 1907, foi resultado do jogo de interesses que envolviam, entre outros aspectos, a comercialização do café no porto de Santos, o projeto de imigração do governo republicano, o crescimento da população e ao saneamento urbano da cidade.

De acordo com Cunha (2007, p. 78), o vocábulo *acta*, do latim *acta*, significa “relação ou memorial de fatos ocorridos; registro escrito no qual se relata o que se passou numa sessão (...)”. No nosso caso, o registro é da inauguração dos canais de drenagem da cidade de Santos que, na verdade, diz respeito a pequenos trechos, não a todos os canais.

A seguir, analisaremos a estrutura do documento e suas marcas linguísticas, combinando os princípios da imanência e da adequação teórica.

A *Acta de Inauguração dos Canaes de Drenagem* está estruturada da seguinte forma:

- *Data por extenso*: “No vigessimo 7º dia do mez de Agosto do anno de mil novecentos e sete”. Observamos que em vez de sétimo por extenso, foi escrito 7º, ao que parece, em razão de um equívoco por parte do escriturário em relação à data. É possível que, quando da leitura da ata, após sua redação, percebeu-se a falha. Sem espaço suficiente para se escrever “sétimo”, na sequência manuscrita, colocou-se em forma de numeral.
- *O ato relatado; o objetivo da sessão de inauguração*: “são inaugurados nesta cidade de Santos, os canaes de drenagem, executados pela Comissão de Saneamento por ordem do Governo do Estado de S. Paulo”.
- *Os presentes que testemunharam o fato*: “achando-se presentes os Exm<sup>os</sup> Snrs: Dr Jorge Tibiriçá, Presidente do Estado de S. Paulo, Dr. Carlos Botelho, Secretario da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, Dr. Albuquerque Lins, Secretário da Fazenda, Dr. Gustavo Godoy, Secretario do Interior, Dr. Washington Luiz, Secretario da Justiça, Coronel Francisco Corrêa de Almeida Moraes, presidente da Camara Municipal, Coronel Carlos Augusto de Vasconcellos Tavares, Intendente Municipal, Senadores, Deputados, Juizes de direito e outras autoridades locaes, Francisco Saturnino Rodrigues de Brito, engenheiro Chefe da Comissão de Saneamento de Santos, representantes da Imprensa de Santos e de S. Paulo, engenheiros e pessoas gradas de S. Paulo e de Santos que assignam a presente acta”.
- *A composição do documento*: “acta que contem annexas varias photographias das obras executadas”.

- *O detalhamento do ato:* “O Governo de S. Paulo, com esta inauguração faz entrega á Municipalidade os trechos construídos dos canaes, com quinze pontes e passadiços a saber: duzentos e setenta e oito metros de rectificação do córrego ‘Cachoeirinha’, trezentos e noventa metros de galeria e canal na rua Braz Cubas e mil trezentos e sessenta metros de canal principal que substitui o antigo ‘Ribeirão dos Soldados’ a começar na Doca do Mercado, o qual está sendo prolongado até a Bahia de Santos”.
- *Assinaturas dos presentes:* seguem 117 assinaturas, muitas das quais ilegíveis, dos que presenciaram a inauguração.
- *Fecho:* “E eu Joaquim Machado da Costa, Escripturario da Comissão de Saneamento nomeado escrivão *ad-hoc* a subscreve. Santos 27 de agosto de 1907”.
- *Assinatura de Saturnino de Brito e sua respectiva qualificação:* “Francisco Rodrigues Saturnino de Brito - Eng. Chefe”.

Não há indicação do local onde foi lavrada a *Acta de Inauguração dos Canaes de Drenagem*.

Até o início do século XX, a ortografia não seguia um padrão fixo, a ponto de cada um escrever da forma que achava mais adequada.

Em 1904, Gonçalves Viana, filólogo e lexicólogo português, na tentativa de simplificar a ortografia, afastando-a do latim, apresentou a obra *Ortografia nacional – simplificação e uniformização sistemática das ortografias portuguesas*. Nela, o autor propunha uma língua mais popular, que incluía elementos da oralidade. Isso não agradou os eruditos que, preferindo a ortografia etimológica baseada no latim e no grego, não assimilaram as mudanças, o que pode ser percebido no documento por nós analisado, embora a influência de Viana, em 1907, já fosse sentida no português do Brasil. As regras que Viana apresentou foram as seguintes: eliminação dos símbolos da etimologia grega (th, ph, ch [= k], rh e y); supressão das consoantes dobradas, exceto rr e ss; eliminação de consoantes nulas, que não influenciassem a consoante anterior; e regularização da acentuação.

Nesse mesmo ano de 1907, a Academia Brasileira de Letras elaborou um projeto de reforma ortográfica em doze regras, com base na proposta de Medeiros de Albuquerque. No entanto, em 1919, os avanços na direção de uma ortografia mais simples esbarraram na

revogação das novas regras, assim, continuava a ortografia etimológica. Nos anos seguintes, houve tentativas de uniformizar a ortografia, mas somente em 1943 foi oficializado o acordo ortográfico que passou a vigorar no país (CARDOSO, s.d.).

Tomando o documento em questão, notamos as seguintes marcas ortográficas que caracterizam o português em uso no país na época da redação da *Acta*. As formas identificadas correspondem, em grande parte, à ortografia latina. A ortografia adotada atualmente, indicada entre parênteses, para os casos de consoantes duplicadas, “h” no meio de palavras e consoantes mudas, foi resultado do Acordo Ortográfico de 1943:

- Consoantes mudas, hoje em desuso: *acta* (em latim: *acta*; hoje: *ata*), *assignam* (latim: *assignam*; hoje: *assinam*), *photographias* (grego: *phōto*; *-graph(o)-*; hoje: *fotografia*), *rectificação* (latim: *rēctificatiō -ōnis*; hoje: *retificação*), *escripturario* (latim: *scrīptūra*; *-ārius*; hoje: *escriurário*). Essa grafia era própria do período pseudoetimológico da ortografia, que vai do século XVI até 1904, quando surge a *Ortografia Nacional*, de Gonçalves Viana (NARDOCCI, 2005).
- Consoantes dobradas; hoje permanece apenas uma consoante: *anno* (latim: *annum*; *ano*), *commissão* (latim: *commissiō -ōnis*; *comissão*), *annexas* (latim: *annexus*; *anexas*). Assim como o item anterior, essa grafia também pertence ao período pseudoetimológico.
- Letra “z” em vocábulo que hoje grafamos com “s”; sem acento, na escrita atual, com acento: *mez* (*mês*).
- Plural “es”, hoje “is”: *canaes* (latim: *canales*), evolui para *canais*; *locaes* (latim: *locales*), evolui para *locais*.
- Letras maiúsculas em substantivos que hoje são comuns, portanto escritos com iniciais minúsculas: *Agosto*, *Juízes*, *Senadores*, *Deputados*, *Governo*, *Municipalidade*, *Bahia* (*baía*).
- A indicação de crase se dá por meio do acento agudo: *á Municipalidade* (*à municipalidade*).

- Vocábulo proparoxítonos não acentuados: *vigessimo* (vigésimo); *publicas* (públicas), *córrego* (córrego).
- Vocábulo paroxítonos não acentuados: *Secretario* (Secretário).
- Vocábulo cuja segunda vogal do hiato é “i” tônico não acentuado: *Juizo* (juízo), *construídos* (construídos).
- Vocábulo com “h” intermediário, não acentuado: *Bahia* (baía, substantivo comum; foi suprimido o “h”; hoje o acento agudo marca o hiato).

Medeiros (1993) indica os elementos que devem estar presentes em uma ata, alguns não observados na *Acta de Inauguração dos Canaes de Drenagem*, a saber:

- *Dia, mês, ano e hora da reunião, por extenso*: na *Acta*, o dia está indicado em forma de numeral, dando a impressão de que o escriturário colocou-o posteriormente, ao perceber a incorreção. O autor citado orienta que no caso de erro notado após a redação da ata, deve-se utilizar a expressão “em tempo”, colocada ao final do texto, seguindo-se o texto corrigido, por exemplo: Em tempo: onde se lê “No vigésimo dia do mês de agosto...”, leia-se “No vigésimo sétimo dia do mês de agosto...”. Por seu caráter oficial, na ata não pode apresentar alterações efetuadas de forma aleatória.
- *Local da reunião*: a *Acta* não indica o local onde ocorreu a lavratura do documento.
- *Pessoas presentes, com as respectivas qualificações*: foram indicadas as autoridades e pessoas mais proeminentes relacionadas ao projeto de saneamento santista. Os demais presentes assinaram ao final.
- *Fecho e assinaturas*: na *Acta*, ocorre o contrário, as assinaturas estão apostas antes do fecho e, após esse, ainda há a assinatura de Saturnino de Brito.
- *Texto compacto, sem parágrafos ou com parágrafos numerados*: no caso do documento analisado, há dois parágrafos, sem numeração indicativa.
- *A ata deve ser lavrada em livro próprio ou em folhas soltas*: a *Acta* foi lavrada em um livro único, não há um termo de abertura formal (nem de encerramento), mas uma capa

cujos textos informam que os canais foram construídos durante o governo de Jorge Tibiriçá, presidente do Estado; nela, consta também o nome de Carlos Botelho, secretário da agricultura e, na parte inferior, a data. Nesse mesmo livro, há um mapa do saneamento da cidade e uma série de 15 fotografias do canal construído e da festa de inauguração. As páginas não são numeradas

Uma ata deve ser redigida, de acordo com Medeiros (1995), por um secretário efetivo. Na ausência desse, nomeia-se um secretário *ad hoc*, que é especialmente designado para essa tarefa. Na *Acta*, observamos que o redator é *ad hoc*, porém não está qualificado como secretário, mas como escriturário, função própria do serviço público.

As mudanças na língua podem ser resultado de diversos fatores, entre os quais, fatos econômicos, sociais e culturais. Um exemplo são os avanços tecnológicos ocorridos no século XX, em especial, após o advento da internet na década de 1990, que difundiu a comunicação em massa em tempo real e acabou por transformar a forma como as pessoas se relacionam, escrevem, trabalham, pensam e se comportam. Por ser prática social, um modo de o homem agir e atuar na sociedade, bem como de interagir com outros, a linguagem está em constante transformação, pois é indissociável da dimensão histórica, cultural e social; a dinâmica social reflete-se na língua (NASCIMENTO, 2005).

Palma (2004), em seu estudo sobre gêneros textuais que circulam no ambiente empresarial na era digital, observou que entre as empresas pesquisadas, a ata circula em meio eletrônico apenas para leitura, não há um livro próprio para esse tipo de documento. A indicação de elaborar o texto de forma compactada, sem deixar espaços para alterações, não foi obedecida nos documentos analisados pela autora. Os assuntos a serem discutidos, a pessoa responsável e o prazo previsto foram apresentados em forma de tabela. No fecho, preparação e distribuição da memória e dos resultados por *e-mail* para os participantes. A autora explica que o registro da ata é feito pelo “ateiro” que, se munido de computador, redige o documento diretamente no aparelho; caso contrário, a ata é manuscrita e posteriormente digitada e arquivada em uma pasta específica. Para satisfazer exigências de determinados órgãos fiscalizadores, uma cópia é guardada em um arquivo físico. Somente determinadas pessoas podem alterar, distribuir e arquivar o documento.

A ata, como apresentada pelos manuais de redação, sofreu transformações para atender às necessidades impostas pela era digital, no entanto, conserva o propósito comunicativo de registrar o que ocorreu em uma reunião, assembleia ou convenção.

Diante do exposto, notamos que mesmo em um documento de caráter oficial, como é a ata, o que nos poderia levar a considerar sua estrutura rígida, mudanças são absorvidas em virtude da transformação nas relações sociais, muito em virtude da inserção da tecnologia na rotina das pessoas, quer no âmbito doméstico, quer no âmbito profissional.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base na aplicação dos princípios da Historiografia Linguística na análise da *Acta de Inauguração dos Canais de Drenagem*, observamos que os fatos que ocorrem no âmbito social, econômico e histórico acabam por ocasionar práticas linguísticas que, por sua vez, são reflexos desses acontecimentos. A explosão do ciclo do café fez com que o porto de Santos, no final do século XIX em parte do século XX, se tornasse o centro nacional das atividades financeiras relacionadas à exportação. A esperança de fazer dinheiro atraiu um grande contingente de pessoas para a cidade, o que ocasionou graves problemas sanitários e de moradia. Com vistas a manter o país na pauta econômica mundial, era necessário organizar a cidade e modernizar seu porto; em função disso, foi criado o projeto de saneamento de Santos, cuja oficialização se deu com a *Acta de Inauguração dos Canais de Drenagem*, documento que representa a passagem de uma cidade com ares de colônia para um centro urbano com ares de metrópole.

Ao analisarmos o gênero ata em três perspectivas diferentes, proporcionadas pela aplicação dos princípios da Historiografia Linguística, quais sejam, o documento original, o que indica um manual de redação técnica e o que foi constatado em um estudo sobre a documentação que circula nas empresas na era digital, percebemos que as modificações ocorreram para responder às transformações socio-históricas.

Não observamos mudanças significativas no que diz respeito à estrutura e ao conteúdo entre a *Acta* e o que orienta Medeiros (1993) para a redação desse gênero textual, o que parece indicar que documentos de caráter oficial tendem a manter a estrutura usual. No

entanto, por meio do estudo de Palma (2004), notamos que a tecnologia pode influenciar a estrutura e o conteúdo do gênero, bem como a forma como é distribuída e arquivada.

Em vista disso, concordamos com Nascimento (2005): as transformações que ocorrem em todas as esferas da atividade humana impõem mudanças linguísticas, as quais resultam das transformações históricas indicadoras de necessidades sociais e culturais. Como a Historiografia Linguística proporcionou uma abordagem mais ampla do documento, foi possível perceber as transformações de forma mais nítida, bem como a real dimensão delas.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, W. T. de. Santos: urbanismo na época do café (1889-1930). In: PEREIRA, M. A. F. et al. *Santos, café & história*. Santos: Leopoldianum, 1995.

BASTOS, N. B.; PALMA, D. V. Reflexões sobre a historiografia linguística. In: \_\_\_\_\_. *História entrelaçada: a construção de gramáticas e o ensino de língua portuguesa do século XVI ao XIX*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.

BLUME, L. H. dos S. *A moradia da população pobre e a reforma urbana em Santos no final do século XIX*. São Paulo, 1998. 204 f. Dissertação (Mestrado em História). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

BORGES, Vavy Pacheco. *O que é história*. São Paulo: Brasiliense, 2007 (Coleção Primeiros Passos, 17).

CARDOSO, E. de A. *Ortographia virou ortografia – um panorama do registro escrito da língua portuguesa*, s.d. Disponível em: <[http://www.museulinguaportuguesa.org.br/museudalinguaportuguesa/orthografia\\_virou\\_ortografia.html](http://www.museulinguaportuguesa.org.br/museudalinguaportuguesa/orthografia_virou_ortografia.html)>. Acesso em: 5 jan. 2010.

COSTA, L. A. M. *O ideário urbano paulista na virada do século: o engenheiro Theodoro Sampaio e as questões territoriais e urbanas modernas (1886-1903)*. São Paulo: Rema/Fapesp, 2003.

CUNHA, A. G. da. *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. 3. ed. 2. imp. Rio de Janeiro: Lexikon, 2007.

FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. 27. ed. Organização e tradução de Roberto Machado. São Paulo: Graal, 1979/2009.

GITAHY, M. L. C. *Ventos do mar – trabalhadores do porto, movimento operário e cultura urbana em Santos, 1889-1914*. São Paulo: Unesp, 1992.

GÓIS JÚNIOR, E.; LOVISOLO, H. R. Descontinuidades e continuidades do movimento higienista no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, Campinas, v. 25, n. 1, p. 41-54, set. 2003. Disponível em:

<<http://www.rbceonline.org.br/revista/index.php?journal=RBCE&page=article&op=view&path%5B%5D=172&path%5B%5D=181>>. Acesso em: 28 dez. 2009.

LANNA, A. L. D. *Uma cidade na transição – Santos: 1870-1913*. São Paulo/Santos: Hucitec/Prefeitura Municipal de Santos, 1996.

MEDEIROS, J. B. *Correspondência – técnicas de comunicação criativa*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 1993.

NARDOCCI, I. M. A língua portuguesa no século XIX e a história do negro em escrituras públicas de compra e venda de escravos. In: NASCIMENTO, J. V. (Org.). *A historiografia linguística: rumos possíveis*. São Paulo: Pulsar/Terras do Sonhar, 2005.

NASCIMENTO, J. V. Fundamentos teórico-metodológicos da historiografia linguística. In: \_\_\_\_\_. (Org.). *A historiografia linguística: rumos possíveis*. São Paulo: Pulsar/Terras do Sonhar, 2005.

\_\_\_\_\_. *A historiografia linguística: rumos possíveis*. São Paulo: Pulsar/Terras do Sonhar, 2005.

NOVO MILÊNIO. Disponível em: <[www.novomilenio.inf.br/santos](http://www.novomilenio.inf.br/santos)>. Acesso em: 5 jan. 2010.

PALMA, C. M. de L. *Os gêneros textuais na atividade empresarial da era digital*. Recife, 2004. 162 f. Dissertação (Mestrado em Letras e Linguística) Universidade Federal de Pernambuco. Disponível em: <[http://www.bdtd.ufpe.br/tedeSimplificado//tde\\_busca/arquivo.php?codArquivo=1716](http://www.bdtd.ufpe.br/tedeSimplificado//tde_busca/arquivo.php?codArquivo=1716)> Acesso em: 20 dez. 2009.

PEREIRA, M. A. F. O comércio cafeeiro na praça de Santos: o comissário de café (1870-1920). In: PEREIRA, M. A. F. et al. *Santos, café & história*. Santos: Leopoldianum, 1995.

SANTOS, J. L. dos. *Olhares sobre São Vicente: um estudo da historiografia linguística confrontando as obras de Pero Lopes de Sousa e Benedito Calixto*. São Paulo, 2007. 172 f. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

SILVA, E. B. da. *Saneamento urbano e expropriação dos corpos – as epidemias e a orfandade em Santos (1889-1932)*. São Paulo, 1992. 183 f. Dissertação (Mestrado em História). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

## ANEXO

### Acta de Inauguração dos Canaes de Drenagem

No vigessimo 7º dia do mez de Agosto do anno de mil novecentos e sete, são inaugurados nesta cidade de Santos, os canaes de drenagem, executados pela Comissão de Saneamento por ordem do Governo do Estado de S. Paulo, achando-se presentes os Exm<sup>os</sup> Snrs: Dr Jorge

Tibiriçá, Presidente do Estado de S. Paulo, Dr. Carlos Botelho, Secretario da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, Dr. Albuquerque Lins, Secretario da Fazenda, Dr. Gustavo Godoy, Secretario do Interior, Dr. Washington Luiz, Secretario da Justiça, Coronel Francisco Corrêa de Almeida Moraes, presidente da Camara Municipal, Coronel Carlos Augusto de Vasconcellos Tavares, Intendente Municipal, Senadores, Deputados, Juizes de direito e outras autoridades locais, Francisco Saturnino Rodrigues de Brito, engenheiro Chefe da Comissão de Saneamento de Santos, representantes da Imprensa de Santos e de S. Paulo, engenheiros e pessoas gradadas de S. Paulo e de Santos que assignam a presente acta que contem annexas varias photographias das obras executadas.

O Governo de S. Paulo, com esta inauguração faz entrega á Municipalidade os trechos construidos dos canaes, com quinze pontes e passadiços a saber: duzentos e setenta e oito metros de rectificação do corrego “Cachoeirinha”, trezentos e noventa metros de galeria e canal na rua Braz Cubas e mil trezentos e sessenta metros de canal principal que substitui o antigo “Ribeirão dos Soldados” a começar na Doca do Mercado, o qual está sendo prolongado até a bahia de Santos.

Jorge Tibiriçá (e seguem assinaturas)

E eu Joaquim machado da Costa, Escripuario da Comissão de Saneamento nomeado escrivão ad-hoc a subscreve. Santos 27 de agosto de 1907

Francisco Rodrigues Saturnino de Brito

Eng. Chefe

#### **ABSTRACT**

In order to proceed to the study of the relationship between language and history, we take as a basis the theoretical principles of Linguistic Historiography methodology proposed by Koerner: the principle of contextualization, the principle of immanence and the principle of adequacy theoretical. When we analyze the textual genre, called minute, we realized that changes in textual materiality occurred over time to meet the socio-historical transformations. On the one hand, no significant changes were observed on the structure and content between the Acta de Inauguração dos Canaes de Drenagem de Santos, manuscript written in 1907, and the guidance provided in the manuals for writing this textual genre nowadays. This fact seems to indicate that official documents tend to conserve historically its compositional structure. On the other hand, we notice that technology, present in a variety of contexts, influenced the content and the form of distribution and filing the document analyzed.

**Key words:** *Historiography. Document. Textual Genre. Minute.*

Data de envio: 16/3/2012

Aprovado para publicação: Abril/2012